

Não bailamos em terra batida

OTÁVIO SANTANA DO RÉGO BARROS
General de Divisão RI

N a semana passada, jornais noticiaram a visita ao Brasil do almirante Craig S. Müller, comandante do Comando Sul dos Estados Unidos da América. O seu objetivo era se despedir por término de missão e passagem para reserva. Os americanos dividem um mundo em áreas de interesses estratégicos, sendo esse comando conjunto aquele que abarca seus interesses na América Latina. Essas ligações têm o propósito de manter vínculos políticos, técnicos e profissionais, o que exige conhecer as Forças Armadas de todos os países com os quais mantém relações diplomáticas.

Ao ser questionado sobre o papel das Forças Armadas quando transcende o emprego como braço bélico, o almirante afirmou que militares profissionais defendem constituições, não líderes. No mesmo diapasão, reforçou que elas devem ser apolíticas. E reconheceu firmemente essas posturas nas Forças Armadas brasileiras.

Não me surpreendeu, visto que pronunciamentos protocolares que envolvam a servidão de soldados se regem por evitar divergências, sendo a camaradagem o principal atributo das falas. Preservam com isso a serenidade da diplomacia militar. Justifica-se a declaração pelo alinhamento dos militares americanos aos pressupostos acadêmicos, formulados pelo professor Samuel Huntington, nos quais advoga o controle civil objetivo, que se configura pela subordinação do estamento militar ao poder civil, delimitando as áreas de responsabilidade e o fluxo decisório.

Nos últimos meses, a sociedade brasileira vem se deparando com preocupações anormais sobre o papel das nossas Forças Armadas e quais caminhos elas seguirão diante dos repetidos testes de institucionalidades a que são submetidas. A substituição intempestiva dos comandantes de Força, em março passado, trouxe apreensão pela inoportunidade aos olhos da sociedade. Quaisquer que tenham sido as razões, as instituições seguem no seu papel como instrumento de Estado. Servas da sociedade e subordinadas tão-somente à lei maior representada pela Constituição da República, reforçando, portanto, a percepção do almirante Craig.

As pesquisas demonstram o acerto dessas posturas. A elevada confiança da sociedade nas suas Forças Armadas foi referendada em bases estatísticas e delimitada em todo território nacional. Refiro-me a mais recente investigação do Instituto Datafolha publicada na semana passada: (<http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2021/09/24/avali24968insti94782congress8472.pdf>) - link em 27.09.21. E ao trabalho da Fundação Getúlio Vargas (FGV) denominado Índice de Confiança na Justiça (ICJ): (<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/30922>) — link em 27/9/21.

Em ambos, ainda que tenham se valido de metodologias distintas, os militares lideram no índice de credibilidade, essa atribuída ao trabalho incansável de conquistar, por ações, o coração e a razão do povo brasileiro. Não é uma postura de

moda. Por anos, em circunstâncias distintas e sob governos distintos, representamos valores caros ao povo brasileiro que se transformam em saldo positivo para momentos de desgaste de imagem. O Centro de Comunicação Social do Exército conduziu, há alguns anos, uma pesquisa ainda mais abrangente sobre a imagem da Força. Obteve dados de peso que confirmavam esse perfil e indicavam pontos de oportunidade de melhorias a serem avaliados.

Por certo, isso nos orgulha ao tempo que nos impõe mais encargos éticos e morais. Indicamos que estamos trilhando acertadamente a avenida do bem-servir. Fortalece-nos para declinarmos de qualquer convite para bailarmos em salão de terra batida, com parceiros que pisam em nossos pés, e que depois contam vantagens pela beleza da dama a amigos de bar. A

história, algumas vezes, não foi justa para conosco. Contudo, aprendemos com ela.

É de todo interessante que os meios acadêmicos, políticos e de imprensa se debruçam com mais ardor a debulhar essa imagem tão positiva, qualificando-se para compreender o legado que construímos. O amadurecimento pelos acertos e erros do passado impede que o momento político através do qual marchamos e seus agentes impulsionadores, nos levem a afrontar a estabilidade, nem mesmo o soldo indevido. Que fique claro, não se avassala um Exército profissional no intuito de vesti-lo como guarda pretoriana e dela usufruir a seiva da confiança. Não assumiremos esse papel e pugnaremos contra investidas. Elas serão sempre frustradas.

Paz e bem!



Visto, lido e ouvido

DESDE 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.dj@dabr.com.br

O agronegócio a semear as tempestades de areia

Por toda a parte no imenso território brasileiro, os fenômenos climáticos anormais e desastrosos vêm se intensificando a cada ano, indicando que, ao lado dos efeitos provocados pelo aquecimento global, que afetam igualmente todo o planeta, também nosso país experimentará, de forma severa, as consequências dessas mudanças ambientais. Secas, incêndios, erosões, tornados, trombas d'água e, agora, as tempestades de areia, vão compor esse novo cenário cotidiano de catástrofes climáticas, que têm na ação humana, um dos seus principais causadores. Estamos literalmente colhendo tempestades, depois de termos plantado as sementes da zizia do meio ambiente.

A expectativa quanto à colheita dessa safra de calamidades é de que nos próximos anos tenhamos produção em dobro, dando tempo, quem sabe, de arrependermos de nosso comportamento frente ao ambiente, quer pela nossa cumplicidade nesses eventos, quer pela nossa omissão e silêncio. Somos todos igualmente responsáveis pelos acontecimentos adversos que estamos experimentando.

Quando fechamos os olhos para medidas e projetos que poderiam amenizar esses efeitos. Quando simplesmente apoiamos propostas que visam, a todo o custo, desmatar e queimar áreas de vegetação nativa, para a implantação de latifúndios para a produção de monoculturas transgênicas. Ou quando permitimos que essas safras sejam sufocadas com grandes quantidades de pesticidas e agrotóxicos de alta periculosidade e que envenenam o solo e a água.

As tempestades de areia, que no fim de semana surpreenderam as populações do interior de São Paulo e de Minas Gerais, e que pareciam restritas apenas a cidades da Índia, onde, em 2018, mataram mais de 100 pessoas, ou em cidades como Pequim ou no norte da África, agora parecem fazer parte também de nossa paisagem.

Os fenômenos de tempestades de areia, que em algumas estações do ano engolem cidades inteiras à beira dos desertos pelo mundo, parecem avançar para outras partes do globo. Anteriormente, esse episódio havia sido registrado em 2017, no interior do Rio Grande do Sul, e foi, segundo os técnicos e outros especialistas que acompanham esses acontecimentos da natureza, motivado pela transformação dos pampas gaúcho em areia, devido à intensificação dos processos de erosão do bioma pela atividade do agronegócio.

A cada ano, aumentam as manchas de areia nessa região, devido ao mau uso da terra. São milhares de hectares da zona rural que foram totalmente transformados em areais, áridos e desérticos, onda nada mais brota. O que está acontecendo agora em cidades paulistas, como Ribeirão Preto, Franca, Presidente Prudente, Jales, Araçatuba e outras do Triângulo Mineiro, resulta também da intensificação das atividades do agronegócio, que substituíram, há alguns anos, a policultura, por monoculturas de soja, milho e cana-de-açúcar, degradando gravemente boa parte do solo da região.

Com os ventos de quase 100 km/hora, registrado nesse último fim de semana, o solo seco, castigado ainda pela seca prolongada que afeta toda a região, ajudou a cobrir muitas dessas cidades com espessas nuvens de poeira e areia, num prenúncio de que estamos no caminho errado quanto a exploração da terra.

O agronegócio, uma atividade econômica que muitos dizem não produzir alimentos e, sim, lucros para uma minoria, obviamente diz não se responsabilizar por esses efeitos. Uma vez exauridos os recursos naturais de uma região, com o esgotamento total do solo, o agronegócio ruma para outra região e deixa o deserto atrás de si. Preço alto para as próximas gerações.

»» A frase que foi pronunciada

“Somente entendendo a complexidade cultural e a amplitude do conceito de agricultura que podemos ver as diminuições ameaçadoras implícitas no termo agronegócio.”

Wendell Berry

Pelo zoom

» Hoje é dia de reunião do Conselho de Segurança do Lago Norte. Geralmente são reuniões bastante produtivas e com muitas participações. Veja os detalhes no *Blog do Ari Cunha*.

Homenagem

» Também no *Blog do Ari Cunha* um registro histórico de Laércio Filho sobre seu avô Djalmá Silva, que faria 100 anos.

»» História de Brasília

Brasília tem defeitos, e nós temos apontado muitos. Fale mal, mas não minta. Não desmoralize um jornal, que afora ser uma simples casa de obras com rotativa, pertence, ainda, a um governo, que poucas vezes tem mentido na vida.
(Publicada em 9/2/1962).

Protagonismo das mulheres na reforma eleitoral

» TAILAINE CRISTINA COSTA - CARLA RODRIGUES
Integrantes do Observatório de Violência Política contra a Mulher

Existe um dizer que a cada ano ímpar há uma reforma eleitoral, em 2021 não seria diferente. De todo modo, esta alteração, que se apresenta como uma compilação das regras eleitorais, está em ritmo acelerado, com a pretensão de aplicação no pleito que se realizará em 2022. Trazendo alguns pontos polêmicos, com discussões sobre diversas situações que alteram regras existentes, uma das marcas da reforma tem sido o protagonismo das mulheres em toda tramitação do processo legislativo.

O que não significa que haja alguma ampliação dos direitos ou de políticas afirmativas para a participação das mulheres na redação proposta e prestes a ser votada pelo senado, uma vez que a composição do parlamento brasileiro atual é majoritariamente masculino. Porém, a despeito disso, está sendo possível presenciar a importância da atuação das mulheres parlamentares, sempre protagonizando o debate.

Na Câmara Federal, a participação das mulheres teve destaque, desde a iniciativa do PLP 112/2021 (novo Código Eleitoral), pela deputada Soraya Santos (PL/RJ) e, posteriormente, com a relatoria do projeto de lei pela deputada Margaret Coelho (PP-PI). Com mais de 900 artigos, a relatora desempenhou um papel de articulação e sistematização, com vistas a encaminhar a redação

ao Senado com tempo hábil para votação e entrar em vigência para o pleito do ano que vem (2022). O Código Eleitoral é de 1965 e, há muito tempo, aguardávamos a sistematização das normas eleitorais em um só diploma legal. Portanto, a condução da relatora em todo processo de sistematização das normas foi crucial para que o projeto de um novo Código Eleitoral saísse do papel.

Não se pode deixar de destacar a atuação de diversas deputadas, que somaram esforços com a relatora do PLP 112/2021, participando do Grupo de Trabalho destinado a elaborar estudos para reforma da legislação eleitoral, tais como: deputadas Celina Leão (PP-DF), Dulce Miranda (MDB-TO) e Liziane Bayer (PSB-RS). No plenário e nas articulações de bastidores, merecem destaque também a atuação das deputadas Talíria Petrone (PSOL-RJ), Adriana Ventura (Novo-SP), Renata Abreu (Podemos-SP), Alice Portugal (PC-DOB-BA), Joênia Wapichana (Rede-RR), primeira mulher indígena a ser eleita para a Câmara Federal, Tereza Nelma, procuradora da Mulher na Câmara dos Deputados, cada uma de um espectro político diferente, construindo e protagonizando debates sobre a reforma eleitoral, por vezes, trazendo propostas e reflexões importantes, em especial sobre os direitos políticos das mulheres.

Um dos pontos de avanço na PEC 28/2021,

que foi aprovada em dois turnos, pelo Senado Federal (22/9) e teve a atuação da senadora e relatora Simone Tebet, foi o incentivo a candidaturas de mulheres e pessoas negras, atribuindo a elas a contagem em dobro dos votos dados, para fins de distribuição dos recursos dos fundos partidário e eleitoral, sendo uma importante ação afirmativa de inclusão de grupos tidos como minoritários no parlamento. Ainda, a atuação de outras parlamentares, como a da senadora Eliziane Gama (Cidadania-MA) se destacam, com apontamentos e interferências na tramitação da reforma política por meio de apresentação de emendas importantes, sempre em defesa dos direitos políticos das mulheres e grupos minoritários no parlamento, destaca-se também a atuação da senadora Leila Barros, atual procuradora da Mulher no Senado Federal.

A atuação das parlamentares e os avanços alcançados até aqui com a reforma eleitoral de 2021 para os direitos políticos das mulheres nos levam a refletir sobre a importância das mulheres ocupando o parlamento e que o caminho para termos políticas públicas aprovadas sob a lente de gênero é o aumento da participação feminina no parlamento. Representatividade importa, e mulheres fazem a diferença nos espaços de poder.